

Reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes não deve mais ser votada em 2022

O presidente eleito, Lula Inácio Lula da Silva, acena para o engavetamento definitivo da famigerada PEC 32/20, reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes. Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados. Arthur Lira, havia declarado intenção de votar a proposta ainda esse ano. No entanto, o primeiro encontro entre Lira e Lula pode ter provocado as alterações nesse cenário. Em reunião recente com representantes de entidades dos servidores públicos de todo o Brasil, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público informou que foi construído entendimento no colégio de líderes de que a PEC 32 não iria a votação esse ano.

Na prática, a proposta acaba com concursos, facilita contratação de cargos eleitorais de políticos e demissão de trabalhadores de acordo com a vontade de quem está no poder. Essa falsa reforma Administrativa não ataca somente servidores, ela acaba com os direitos da população, além de abrir portas para a corrupção. Por isso, aprovar a PEC 32 significaria andar na contramão!

Apesar das indicações de que a proposta não seguirá para votação esse ano, a categoria seguirá alerta e mobilizada. Vale destacar que a Câmara dos Deputados abriu consulta pública e até o momento 93% dos que responderam se manifestaram por dis-

cordar totalmente do conteúdo dessa reforma Administrativa (PEC 32).

Na semana passada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) emitiu uma nota apontando uma lista de prioridades da luta da classe trabalhadora na construção de um caminho para o fortalecimento do País. A defesa de pautas urgentes e importantes para os serviços púbicos está entre as prioridades e busca garantir participação popular e um Estado mais forte. Essa luta passa pelo encerramento da Reforma Administrativa, das privatizações em curso, da EC 95 e do orçamento secreto.

Fonte: Condsef





Trabalhadores pretos ganham 40,2% menos do que brancos por hora trabalhada

No Dia Nacional Consciência Negra, no próximo domingo (20), os trabalhadores e trabalhadoras pretos do país, mais uma vez, não têm o que comemorar porque o Brasil praticamente não registrou avanços desde 2012 no que se refere à renda do trabalho nesse segmento da população.

Os pretos ganham 40,2% a menos do que os brancos por hora trabalhada. Há 10 anos essa diferença era de 42,8%, ou seja, a desigualdade salarial se mantém praticamente a mesma.

Os pardos também são vítimas dessa desigualdade ganhando 38,4% menos do que os trabalhadores brancos. Em média os brancos ganham R\$ 19,22; os pretos R\$ 11,49 e os pardos R\$ 11,84, por hora trabalhada. Isso significa que para ganhar o valor do salário mínimo atual de R\$ 1.212, os pretos precisam trabalhar quase 105,5 horas, enquanto os brancos 63 horas.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) Contínua, divulgada em agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com informações referentes ao segundo trimestre do ano.

DF e Pernambuco têm índices opostos

Pernambuco, estado em que os brancos são em menor número (36% da população), registra a menor diferença de



renda do trabalho entre pretos e brancos do país. Em 2012, a diferença salarial por hora entre brancos e pretos era de 45,7%. Neste ano, esse número diminuiu 26 pontos percentuais, para 19,4%.

Em entrevista ao G1, o economista Hugo Melo, do Observatório da Indústria, afirmou que possivelmente a população reagiu a incentivos de novas políticas públicas, como a de cotas, que forneceu oportunidade de adentrar no mercado de trabalho com qualificação.

Já no Distrito Federal existe a maior diferença do país entre as rendas de pretos e brancos, chegando a 51%. De acordo com os economistas Raul Velloso e Michael França, a presença massiva de cargos públicos com salários altos na capital federal, os quais tendem a ser preenchidos por brancos, ajuda a explicar essa disparidade.

Dados do Ministério do Planeiamento mostram 48,1% dos servidores públicos são brancos, enquanto apenas 4,2% são pretos. Pardos são 24%. O percentual restante é de amarelos, indígenas e outras etnias.

Educação superior

A falta de acesso à educação superior é um dos fatores que influenciam na diferença de renda. Segundo um documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2021, nas últimas duas décadas 65,1% dos cargos de nível superior eram ocupados por pessoas brancas. Já pretos e pardos preenchiam 27,3% dessas vagas.

População brasileira por etnia

Segundo o IBGE, as populações preta e parda representam 9,1% e 47%, respectivamente, da população brasileira. Já na força de trabalho, a população parda representa 45%, e a preta, 10,2%.

Fonte: CUT

